

## Memória da Reunião da CTFLOR

A Câmara Técnica de Florestas e Biodiversidade – CTFLOR, reuniu-se às 9h do dia 18 de agosto de 2020, por videoconferência. A assessora Glauce Tavares conduziu a reunião.

**Membros presentes:** André Vianna (IDESAM), Keiser Corrêa Ribeiro e Riamburgo Ricardo Uchoa (COMAPA), Clodoaldo Pontes (CNS), Carlos Bueno (FAS), Renée Veiga (FIEAM), Juliano Marcos Valente (IPAAM) e Jurimar Ipiranga (CREA/AM).

**Participantes convidados:** Elcione Pampola (IPAAM), Marcio Rodrigues (IPAAM), Leonilson (SEMA), Francisco Itamar (SEMA), Glauce Monteiro (SEMA), Sérgio Gonçalves (UFAM), Luís Antônio A. Pinto (UEA) e Josuete Pacheco (UFAM).

**Instituições Ausentes:**

**Tema da reunião:** Minuta de licenciamento de empreendimentos inseridos em áreas urbanas próximo à cursos d'água no Estado do Amazonas, apresentação da proposta pelo presidente do IPAAM.

O Presidente do IPAAM, Sr. Juliano iniciou a reunião apresentando a problemática da aplicabilidade conceitual das funções ambientais de Áreas de Preservação Permanente em Áreas Urbanas Consolidadas, enfatizando a hidrografia do Amazonas que inviabiliza as cotas estabelecidas no art. 4º, da Lei 12.651/2012. Afirmou que amplas discussões estão sendo feitas com o CPRM e especialista da área para definir a borda da calha do leito regular, observando-se que dependendo da formação do profissional, são emitidos pareceres diferentes, o que fragiliza os processos de licenciamento, que dependem da compreensão conceitual entre os técnicos para definir uma APP. Com isso o Sr. Juliano solicitou o apoio da Câmara Técnica para assegurar uma metodologia que garanta o entendimento do art. 4º, da Lei 12.651/2012. A questão foi passada para a convidada da Ufam, Profª Drª Josuete Pacheco, que fez uma apresentação onde mostrou os critérios que devem ser adotados, de acordo com a legislação, para a criação das definições de delimitações de uma APP. Foi dito também que existem dois pontos de vista na hora da delimitação de um território, pelo acadêmico seria analisado de acordo com as condições hidrográficas e pelo institucional seria pelas condições políticos-



administrativas e que existem vários equívocos no entendimento do que são bacias hidrográficas. Com isso o Sr. Juliano pediu à professora ajuda na consolidação de uma metodologia, de parâmetros, com base nas resoluções, para acabar com essa flexibilização de entendimentos dentro das instituições, criando assim conceitos exatos, de acordo com as orientações acadêmicas, pois assim pede o ponto de vista judiciário. Em seguida o IPAAM apresentou um slide com um estudo que foi realizado na foz do Tarumã – Açú, por conta de um empreendimento, que gerou uma APP que está em processo de reanálise e foi pedido a ajuda da professora para explicar qual a correta delimitação. Em seguida, Renée Fagundes do FIEAM, parabenizou a iniciativa do IPAAM de esclarecer os conceitos e criar os parâmetros de delimitação de uma APP de forma correta para evitar as divergências de entendimentos. A Prof<sup>ª</sup> Josuete explicou que são necessários mais estudos a respeito da área a ser delimitada e que não há dúvidas de que o Tarumã-Açu não seja um afluente de uma sub-bacia do Rio Negro e que são necessários técnicos habilitados em Sistema de Informação Geográfica para poder manusear o Geoprocessador para coletar os dados corretamente mas para isso são necessários os registros de fluviometria do local pois sem as marcações de cheia e de vazante não tem como definir os leitos regulares maior e menor, e finalizou falando que Manaus carece de estudos sobre as bacias hidrográficas e que isso só dificulta as fiscalizações. Alcione do IPAAM, agradeceu à Prof<sup>ª</sup> Josuete e deixou registrado a necessidade da realização de mais estudos pois isso causa muito transtorno na liberação das licenças aos empreendedores. Clodoaldo Pontes do CNS se manifestou dizendo que o ponto central é realmente a realização dos estudos sobre as bacias hidrográficas e que isso deve ter investimentos do Estado e da União pois muitos empresários tem o interesse de legalizar seus empreendimentos e falou que a CNS apoia o debate e que irão contribuir da resolução da minuta. A Prof<sup>ª</sup> Josuete agradeceu pelo convite e se colocou à disposição para ajudar quando necessário. A assessora Glauce pediu que a professora compartilhasse sua apresentação com os demais membros e a convidou para a próxima reunião da CTFlor, no dia 27/08, onde seria discutida essa minuta e deu por encerrada a reunião.

Secretaria Executiva de Colegiados.





Registro Fotográfico da Reunião.

**Assinatura dos Participantes:**

Clodoaldo Pontes (CNS) \_\_\_\_\_

André Vianna (IDESAM) \_\_\_\_\_

Renée Veiga (FIEAM) \_\_\_\_\_

Riamburgo Ricardo Uchoa (COMAPA) \_\_\_\_\_

Juliano Valente (IPAAM) \_\_\_\_\_

Kaiser Corrêa Ribeiro (COMAPA) \_\_\_\_\_

Josuete Pacheco (UFAM) \_\_\_\_\_

Elcione Pampola (IPAAM) \_\_\_\_\_

Glauce Monteiro (SEMA) \_\_\_\_\_

Márcio Rodrigues (IPAAM) \_\_\_\_\_

Carlos Bueno (F A S) \_\_\_\_\_

Luiz Antônio de Araújo Pinto (UEA) \_\_\_\_\_

Sérgio Gonçalves (UFAM) \_\_\_\_\_

Jurimar Colares (CREA/AM) \_\_\_\_\_

